
Pauta: Regularização da comunidade Ventos do Norte

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h30min) Estão abertos os trabalhos da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Temos quórum. Bom dia a todos e todas. A nossa pauta hoje é a regularização da comunidade Ventos do Norte. Passo a palavra ao Sr. Edegar Fernando Guimarães.

SR. EDEGAR FERNANDO GUIMARÃES: (Problemas técnicos no som.) ...a comunidade em andamento, existia uma associação na época, a associação não deu continuidade por motivos vários, e hoje a gente está consolidando com uma cooperativa – não é, Noelle? – também para a gente poder se representar. A gente está na luta da regularização fundiária, que é a nossa principal luta; dentro da comunidade a gente já faz várias ações sociais, ecológicas também, a gente procura preservar, já que a maior dificuldade para a gente conseguir regularizar a nossa área é a reclamação de que seria uma área ambiental, e a gente faz essa preservação. Buscamos, através de várias reuniões, de conversa até com mesmo com o prefeito Melo, a gente já conseguiu a coleta de lixo dentro da comunidade, já conseguiu essa parte. E já conseguiu uma manta asfáltica para que pudesse, sim, numa emergência, uma ambulância entrar dentro da comunidade, o Corpo de Bombeiros, caso houvesse necessidade. A grande maioria da nossa comunidade é de trabalhadores, de moradores, a gente é por volta de 100 famílias, e a gente procura ter essa estabilidade, essa segurança da nossa moradia, que é um dos direitos do ser humano, a moradia, e é isso que a gente quer. Conversando com o próprio prefeito, ele nos disse: “Vocês têm que ter a consciência de que não é de graça”. A gente tem essa total consciência de que nada é de graça, e a gente quer, sim, ter a condição de poder fazer todas as melhorias que a gente precisa, regularização, água, luz, tudo isso que a gente precisa para ter uma vida digna dentro da nossa comunidade. Eu quero, antes de terminar, agradecer a nossa comunidade por estar aqui representada pela segunda vez. A gente sabe que é difícil, a grande maioria é de trabalhadores, que têm que pedir uma folga, tem que implorar para o patrão a liberação, mas a

gente conseguiu. Temos 10% da nossa comunidade aqui representada. Muito obrigada a todos da Mesa. A Dona Laura, que é a nossa incentivadora, sempre junto da gente, Ver. Ramiro, amigão, companheiro para todas as lutas. Muito, muito obrigado a todos.

SRA. NOELLE ALVES OLIVEIRA BASTOS: Bom dia a todos, sou moradora, eu também faço parte desde o início da comunidade. Eles estão pelo Clube de Mães Ventos do Norte e eu estou pela Cooperativa Ventos do Norte, mas vamos trabalhar sempre juntos. Estamos em busca de todas as melhorias, graças a Deus, o Clube de Mães já está fazendo isso para nós. Não tenho muita coisa para falar, basicamente é isso. Agradecer aos moradores por estarem aqui, porque sabemos da importância de estarmos todos juntos. É isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradecer a intervenção de vocês. Vou passar a palavra para o Ver. Ramiro Rosário, que trouxe a pauta para esta reunião da comissão.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Bom dia a todos que estão representando a Comunidade Ventos do Norte. Presidente Karen, obrigado por abrir esse espaço, colegas vereadores, membros da CUTHAB. Primeiro, é importante reforçar os avanços, como bem disse o Edegar, que nós já tivemos na Comunidade Ventos do Norte, ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos anos, essas intervenções que são importantes para a comunidade; paliativas, sabemos, mas que trazem o mínimo de dignidade para que as pessoas possam ali residir.

O drama da habitação social é talvez o mais complexo e mais difícil de ser enfrentado e, de fato, solucionado na cidade de Porto Alegre e nas grandes cidades do País. Nós temos centenas de comunidades em situação irregular, outras dezenas dentro desse grupo estão em áreas de risco, colocando em risco a população. Sabemos o quão difícil é a solução, porque envolve diversos atores, diversos agentes públicos, órgãos governamentais, governo federal e estadual e também o Município, que é a nossa responsabilidade.

Quando a gente fala em avançar nas políticas de habitação social, eu, pelo menos, sou um defensor da regularização. Nem sempre é retirar a comunidade de onde está e colocar em um local novo, construir um prédio novo, construir uma nova infraestrutura para receber essas famílias. Sou defensor de que a gente consiga estancar sim, evitar que aconteçam novas ocupações de forma irregular na cidade, agora, aquilo que já está consolidado há dez, quinze, vinte anos, nós sabemos que, na realidade, nos fatos, as pessoas não vão sair dali. Então, já está consolidada aquela ocupação, para isso, o poder público tem que responder com a regularização, e aí, sim, trazer a dignidade plena, para que as pessoas saibam que não serão retiradas dali mais cedo ou mais tarde, para que as pessoas possam também investir nas suas casas, nas suas residências de forma permanente, e, principalmente, o poder público conseguir colocar infraestrutura urbana e depois não ser apontado também pelos órgãos de controle. Porque nós temos Ministério Público, Tribunal de Contas, e por aí vai, que, muitas vezes, não é má vontade do gestor, não é má vontade do prefeito, dos vereadores, de realizar alguma obra de infraestrutura numa dessas comunidades, mas sim ele fica impedido pela lei de fazer aquele tipo de investimento porque a área não está regularizada. Então, o que a gente busca aqui, presidente Karen, já que é um tema também que de alguma forma envolveu mais de um ator político, mais de um vereador, e também o Executivo, eu vejo que nada melhor do que o tema a ser tratado dentro da comissão, e, de forma alinhada dentro da Câmara de Vereadores, a gente conseguir buscar uma resposta efetiva também da Prefeitura, do Executivo. Nós temos um documento aqui, assinado ainda em novembro de 2021 por diversos secretários municipais e também pelo nosso prefeito, deliberando – esse documento é da comunidade, na verdade, mas eu trago aqui só que para que os demais colegas também saibam a que ponto nós estamos hoje. “Delibera favorável ao prosseguimento das notificações dos ocupantes e ajuizamento de ação de reintegração de posse a tramitação de projeto relacionado à programa de demanda habitacional prioritária do Município, conforme definido na lei complementar, observados os requisitos técnicos e jurídicos previstos na legislação urbanística e ambiental, em especial. A anuência expressa do titular SMAMUS quanto ao desgravame da

área, por se tratar de área de praça, submetida à gestão daquela pasta [então, não é uma área de preservação, é uma área de praça onde localizada a comunidade], a priorização da demanda segundo critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação, bem como planejamento quanto ao provisionamento de recursos para atendimento de obras de adequação e manutenção de serviços de infraestrutura urbana essencial e equipamentos públicos, e a indicação de medidas ambientais compensatórias a serem implementadas na área ocupada ou em outro local mediante estudo técnico elaborado por profissional da área. E recomendo atuação integrada da Secretaria de Habitação, do DEMHAB, da SMAMUS, para equacionar questões relativas à desafetação e compor com a entidade interessada a proposta medidas de regularização a serem submetidas à deliberação do comitê justificando o interesse público envolvido.” Então, aqui, presidente, existe já essa intenção, a indicação do Executivo de ser feita a desafetação da área, sabemos que esse tipo de processo passa também pela Câmara de Vereadores, como essa é deliberação de novembro de 2021, talvez esse possa ser o nosso ponto de início, junto, em conjunto com o Executivo, em parceria, propor aqui que tenhamos esse projeto para desafetação da área, e aí, sim, podermos dar seguimento aqui no processo de regularização fundiária. Era isso; obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradeço à comunidade, ao Ver. Ramiro, por ter explanado a condição hoje da resistência da comunidade; é importante saber que não tem processo de reintegração de posse; pelo contrário, já tem um encaminhamento de desafetação da área para regularização da moradia por parte da Prefeitura de Porto Alegre. Isso que tu colocaste, de ter que tramitar, aqui na Câmara de Vereadores, um projeto de lei nesse sentido, a gente já teve outros processos parecidos. Isso me remeteu agora à comunidade da Bom Jesus, em 2019, finalzinho da gestão do Marchezan – como era o nome daquela comunidade, Moisés, na Bonja, que também teve muito acordo aqui, por parte dos vereadores da oposição? Mato Sampaio; teve mobilização da comunidade, teve um trabalho conjunto dos vereadores da oposição e da

situação – conseguimos elaborar algo que fosse viável. E ali a gente estava também com processo de reintegração de posse, então caminhou numa velocidade importante, porque acho que vocês, apesar de não ter reintegração de posse, também é uma situação jurídica ruim, porque tu não consegues realmente investir na tua casa, ter esse vínculo comunitário que é fundamental. O primeiro processo da comissão é convidar os órgãos do governo; no segundo momento, a gente convoca. E aí já não é uma questão de opção, é uma convocação. Nesse primeiro momento, daqueles que nós convidamos, *a priori*, está se deslocando Roberto Rocha, que o é o Procurador-Geral do Município. Liguei também para o André Machado, que é da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, que falou que não estava sabendo da reunião – nós enviamos um *e-mail* – mas também vai tentar colocar algum servidor técnico à disposição de estar se deslocando para cá. De qualquer forma. Ver. Ramiro, acho que, se tem disposição por parte do Executivo, não sei, aí também queria ouvir os outros vereadores da base, a comunidade, qual é o empecilho? Quais são os argumentos hoje que estão sendo colocados pela Secretaria de Habitação, DEMHAB, SMAMUS, no sentido de não encaminhar aquilo que já foi deliberado pelo prefeito em 2021, porque têm outras coisas que eu acho que estão dentro dessa mesa de negociação que ainda não se apresentaram, mas para a gente entender mesmo, e aí a gente pensa um encaminhamento como convocar esses órgãos, e aí talvez até para vocês não terem que se deslocar de novo para cá, a gente pode organizar uma reunião de comissão diretamente lá no clube de mães ou na cooperativa, a gente leva a estrutura da Câmara de Vereadores para lá e aí convoca os secretários e tenta sair de lá com esse projeto de lei minimamente encaminhado, fazer um ato símbolo. Eu acho que se temos todas as condições políticas para isso andar, não tem porque a gente ficar postergando e enrolando.

SR. EDEGAR FERNANDO GUIMARÃES: Gostaria de salientar que a praça já existe, essa praça é consolidada, tanto é que a Heloísa Helena é a prefeita dessa praça, então a gente já faz a manutenção e a preservação dessa praça.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Na verdade, só para complementar o que o Edegar disse aqui: a área de praça é bem maior, a comunidade está em área de praça. Para o Município, para a Prefeitura, área de praça é o que está colocado no mapa da cidade e gravado como praça, ou seja, está ali um carimbo dizendo que aquilo ali é praça. Para nós, a olhos vistos, a praça é menor porque é a área que está urbanizada, que tem equipamento, que tem banco, tem brinquedo, tem quadra esportiva, mas a área da praça é bem maior e onde está, inclusive, a comunidade.

SRA. NOELLE ALVES OLIVEIRA BASTOS: Logo quando a gente foi morar lá, essa área de praça estava totalmente abandonada. Na verdade a praça não estava nem sendo utilizada, estava completamente tomada por mato, grama, lixo; também havia muita questão de roubo de carros, e eles abandonavam os carros ali; tinha assaltos; tinha relatos de ter ocorrido estupros ali naquela área. Então a parte da praça está ali, o pessoal do clube de mães, está cuidando e preservando, então ele tem essa parte que está sendo cuidada, e a outra parte que é a parte onde estão as moradias. Então nós viemos com o objetivo também de melhorar aquele local, porque não tem barracos, tem casas, pessoas de bem, não tem tráfico de drogas ali, a gente está muito bem ali. Essa questão da praça, que todo mundo fala que é a área de preservação e coisa e tal, a gente veio ali com a questão de acrescentar, então a gente preserva, a gente cuida. Então só queria fazer esse adendo.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Está chegando o nosso Procurador Geral do Município. Roberto, obrigada por, de pronto, ter aceitado estar presente aqui com a gente. Tivemos alguma questão na convocação, pois os *e-mails* não chegaram; estou falando aqui com o André Machado também, Secretário de Habitação, perguntou se poderia entrar virtualmente. A nossa reunião da comissão é presencial, é virtual, não tem híbrido. Então vou ver o que ele tem que parecer na Secretaria, nesse sentido. Registro a presença do Ver. Melo, também do Ver. Sgarbossa, que chegaram aí na nossa reunião. Estão abertas

as inscrições. O Ver. Moisés está inscrito; a Laura, da comunidade. E aí nos relatos a gente vai atualizando o procurador Roberto do que se trata a reunião.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Só uma pergunta, Presidente Karen, ali a região é aquela região que essa praça seria a praça do Loteamento Jardim Alegre. E aí tem algum termo, ou vocês têm algum registro? Agora chegou o representante aqui da Prefeitura, talvez possa nos responder, da comunidade com o pessoal do loteamento, porque eu me lembro que uma vez que passou esse assunto, havia, na verdade, o registro de, entre aspas, no Poder Executivo, uma queixa desse loteamento por causa da praça. Há um acordo ou algum diálogo entre os moradores da cooperativa, o clube de mães, o loteamento? Porque, pelo que eu me lembro do registro, é uma praça que foi uma medida, na verdade, que o loteamento teve para poder se instalar como loteamento. Não é isso?

SR. EDEGAR FERNANDO GUIMARÃES: É isso mesmo, Vereador. No início teve, realmente, esse confronto, mas quando o pessoal do condomínio Alegria viu que a gente veio ali para agregar e ajudar, também, tanto que a gente preserva a praça, temos uma horta comunitária ali que é tanto do Alegria como da gente também. A gente faz várias ações sociais junto com o pessoal da cooperativa ou associação do Alegria - agora não me veio na cabeça, acho que é associação. Então agora a gente tem essa conversa, a gente conseguiu fazer essa harmonia entre as duas comunidades. Então, no início realmente teve esse... até por que no início de uma ocupação, o senhor sabe, a casa já não é tão direitinha, o pessoal já não está tão organizado. E hoje, o senhor indo lá, o senhor vai ver que realmente é uma comunidade; são casas, casas mesmo, moradores mesmo, não é pessoal que está ali para marcar o terreno para o outro, grileiro. Nada disso, são moradores da comunidade.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Só para contribuir, é sim o Loteamento Alegria, como disse o Ver. Moisés Barboza, e a praça que nós estamos falando, até para que fique registrado, é a Praça Ruy Caporal.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Estão abertas as inscrições, pessoal, vamos fazer uma rodada de intervenção de quem quiser complementar o caso e para atualizar também os vereadores da situação, das condições, das necessidades, e depois a gente busca o encaminhamento. A Sra. Laura Machado, líder comunitária, está com a palavra.

SRA. LAURA MACHADO: Bom dia a todos. Sou ex-conselheira do Orçamento Participativo e líder comunitária do território, eu acho de extrema importância fazer um resgate para todos. Existe, sim, um processo de reintegração de posse, a SMAMUS, é a secretaria que demanda esta área, porque ela coloca que a região Mário Quintana, onde é localizado o Ventos do Norte, tem um índice de vegetal ínfimo, tendo que ter tantos metros quadrados que está escrito isso dentro do processo. Outra coisa, existia, sim, uma divergência política também, tanto é que, na plenária do Orçamento Participativo que nós tivemos, o prefeito começou a fazer incursões com as comunidades que fizeram suas manifestações e uma das manifestações foi da comunidade Ventos do Norte convidando o prefeito para uma visita e conhecer o espaço onde as famílias moram desde 2013. O prefeito, então, sabendo de toda a situação, foi até a comunidade, juntamente com o André Machado, a Procuradoria Geral do Município e várias secretarias, fazer essa vistoria e foi constatado também que entre o Jardim Alegre a própria comunidade Ventos do Norte tem uma área de risco por causa dos esgotos que correm, tem fotos, é horrível. O prefeito fez uma oferta para moradores que, se quisessem sair do determinado local, porque é área de risco e logo vai acontecer uma tragédia lá, a Defesa Civil já esteve lá. Mas é importante que fique claro que temos um processo, o processo tramita pela SMAMUS, que é a Secretaria de Meio Ambiente, que quer a reintegração de posse da área e também tem, como eu estava dizendo, a questão política. O Ver. Mauro Pinheiro, infelizmente não está aqui, estava também ali ajudando a comunidade regular a fazer, então, a saída dessas famílias que hoje ocupam o local. Neste momento em que a gente explicou para o Prefeito Melo, ele nos orientou para irmos à CUTHAB. Orientou o Ver. Giovane Byl que estava caminhando junto conosco que, como existe esta questão política, esta questão

política tem que ser tratada dentro da Câmara de Vereadores, vão para a CUTHAB e chamem todos os órgãos competentes. O prefeito deixou bem claro que a Prefeitura faz questão de participar. Por esse motivo, então, neste ano de 2023, nós viemos aqui fazer esta solicitação. Nós já estivemos no Patrimônio também para ver a questão da área. Alega-se, sim, que o empreendimento Jardim Allegra precisa ter as áreas institucionais, se é praça, para sua regularização, mas área de praça está preservada. Nós temos uma quadra pelada muito boa, temos os equipamentos de balanço, de praça, Quem cuida é a Heloísa Helena, ela que pinta, ela que reforma junto com a comunidade. Tem uma de área verde de compensação ali que dá até para fazer um churrasquinho que o pessoal usa, tem a horta e tem área ocupada que tem essas cem famílias. Então a gente tem consolidado. O nosso problema é saber, pelo DEMHAB, se nós vamos poder entrar na lei do Reurb, porque a lei do Reurb garante que o Município de Porto Alegre, por lei federal, tem que regularizar todas as ocupações consolidadas até 2012. A nossa ocupação é de 2013 em diante. Então temos que demandar, já tem demanda gravada no Orçamento Participativo, não foi executada, porque a gente sabe que o OP é aquela questão que a gente sabe que não existe o dinheiro guardado no cofre. Então, só para ficar bem claro, não tem nada tranquilo, nós vivemos numa inconstância, dentro da comunidade, de saber, nós não temos título de propriedade, nós não temos nenhuma tratativa junto ao governo de negociação. E existe essa divergência que, eu volto a dizer, política. Existem vereadores favoráveis à permanência, existem desfavoráveis à permanência que podem, logo adiante, numa boa conversa, mudar esse seu parecer, e existe, sim, um departamento da Prefeitura, uma secretaria que também deseja a reintegração de posse da área por ter o seu entendimento da compensação vegetal que é necessária de ter. Então seria isso no primeiro momento, porque senão eu saio daqui como se tivesse tudo bom, tudo maravilhoso, mas não está bom, não está maravilhoso, se não nós não estaríamos aqui hoje pedindo essa reunião. Então está faltando, sim, o assento das secretarias da Prefeitura de Porto Alegre, está faltando o DEMHAB aqui, a Secretaria de Habitação, o procurador já chegou aí, está faltando também o Patrimônio. E isso foi mandado no corpo do *e-mail* pedido a presença dessas

peças. Então nós, lá da comunidade Praça Ventos do Norte, estamos com processo de reintegração de posse, talvez ele não esteja se movimentando por causa de toda essa sensibilidade do nosso próprio prefeito, mas que existe, sim, existe um processo e quem está pedindo é a Secretaria do Meio Ambiente. Só para ficar bem claro, se não o pessoal vai sair daqui e vão pensar: "Mas vocês mentiram para nós? E aquele papel todo que está escrito ali: mantemos a reintegração de posse." E aí como é que fica, entendeu? Então só para a gente não ficar... Daqui a pouco a comunidade vai achar que nós estamos mentindo para eles, que estamos inventando, e não é uma invenção, tanto é que nós tivemos reunião dentro da comunidade. E acho de extrema importância que seja feita uma CUTHAB dentro da comunidade, lá no território, porque as pessoas vão poder participar, as outras pessoas, fazer lá dentro. A gente busca um local para fazer, mas é importante a participação da comunidade maior, porque o que aconteceu na semana passada não foi legal, e hoje a gente está aqui com essa representação da comunidade, mas tenho certeza que muitos mais gostariam de estar participando, porque é de interesse deles, é a moradia deles, é a casa deles. Desculpa me alongar, me alonguei, mas era importante fazer esse relato.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Laura. Realmente colocou a questão na mesa, porque fica difícil mesmo a gente conseguir pensar caminhos se a desafetação não está colocada, tem uma reintegração de posse em curso, acho que a primeira coisa... Tem questões para colocar sobre isso, procurador?

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Bom dia, presidente; vereadores Pablo, Sgarbossa, Moisés e Ramiro; e comunidade. Desculpa pelo atraso, teve um desencontro na comunicação, mas fico feliz em estar aqui. Esse problema para mim é novo, o caso específico, mas é uma situação que se repete no dia a dia, a Procuradoria atua por demanda das secretarias, de fato nós temos vários expedientes em que a SMAMUS pede que se providencie a reintegração de posse sobre áreas afetadas como praça, então a gente promove esses processos. O caminho, evidentemente, como a vereadora mencionou, se for a decisão política do gestor, é primeiro desafetar, tem que ver também a questão

– até estou falando em tese, porque não atuo nesse processo – das áreas de risco também, é um problema grave entre tantas outras situações, mas eu acho que os caminhos estão bem traçados, realmente tem que pensar. Pelo que eu entendi, a pretensão é fazer uma redução da praça, manter uma área e desafetar o restante, né? Isso passa por uma análise técnica, primeiro com a SMAMUS; depois com a questão da regularização e sobretudo a preocupação do prefeito, do secretário André Machado e da Defesa Civil vêm sendo com a questão das áreas de risco. Isso é um problema muito grave, preocupa muito a gestão. Então, da Procuradoria, nós vamos estar à disposição para analisar os caminhos das possibilidades jurídicas, para o entendimento entre o governo e a população envolvida.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Dr. Rocha, nós teríamos como ter a confirmação se há o processo de reintegração de posse?

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Eu vou ligar aqui, agora, para o procurador...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): É importante até para a gente ter... Nós temos aqui a notificação, bom, a padrão da PGM.

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Não consta aí o número do processo?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Tem o número do processo administrativo de 2015. Aqui eu acho que foi a notificação quando foi a primeira vez em que estiveram lá. Eu acho que essa aqui é a primeira notificação.

Sobre o que a Laura mencionou aqui, primeiro, agora o foco não serão as divergências de entendimento, agora serão as convergências, é o que a gente pode fazer para unir esforços e ter aqui a permanência da comunidade em comum entendimento também com os vizinhos, e que bom que isso está acontecendo. Mas sobre a deliberação ali que foi colocada, nós temos aqui, na verdade, quando o documento se divide em duas possibilidades: primeira é o

prosseguimento das notificações aos ocupantes e o ajuizamento de ação de reintegração de posse – esse é um, aí pega e separa. O dois seria a tramitação de projeto relacionado ao Programa de Demanda Habitacional. E aí ele fala aqui dessa possibilidade de se fazer a evolução com relação à regularização fundiária, e aí, sim, ele menciona a possibilidade e a necessidade de ser feita o desgravame da área, Dr. Rocha. Então é um ou outro, não é aqui o ajuizamento da ação de reintegração de posse, por isso que a gente tem que identificar se existe ou não.

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Sim, a reintegração de posse é um instrumento processual que só resolve a situação de fato, tira a pessoa do lugar, mas toda a questão da propriedade, a questão da regularização tem que correr em paralelo. Então a gente, simplesmente, acolhe um pedido da Secretaria do Meio Ambiente, no caso, dizendo que um próprio que tem uma finalidade que que, na prática, não está ocorrendo. Então, a gente é obrigado a ajuizar ação. Agora, nesse meio-tempo, surgindo alternativas, a gente pode reconstruir outros caminhos também.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Essa deliberação, Dr. Rocha, foi assinada pela Dra. Eleonora.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Olha, o que eu acredito que seja importante fazer? Pedido de informação para saber, caso venha a se integrar no plano de regularização fundiária se enquadra dentro da [Lei do Reurb](#), e isso a gente consegue fazer por comissão. O pedido de suspensão da reintegração de posse, porque é tudo executivo. Então, se tem uma mesa de negociação em aberto, se foi encaminhado para a Comissão de Habitação que se encaminha esse impasse, então acho que é importante o pedido de suspensão da reintegração de posse, para que a gente consiga organizar esse trabalho, esse processo, com tempo, com os prazos, sem o medo de, a qualquer momento, essa reintegração de posse ser executada. Acho que dá mais tranquilidade para essa mesa de negociação, procurador. E aí é uma conversa da PGM com o

secretário do governo, com o secretário de Habitação, de Meio Ambiente. Acho que não tem como o governo não ter esse diálogo. E trazer para uma reunião de comissão o impasse que é... Ou a gente vai seguir com esse processo com essa mesa de negociação, e aí realmente a gente está aberto aqui, enquanto comissão, para fazer esse diálogo; ou então o Executivo reintegra ou executa a Lei do Reurb. Eu acho que esse impasse é para além da relação ali com o loteamento. Caso venha a ser constituído esse um projeto de lei de desafetação, vai haver audiência pública, é pressuposto ter audiência pública. A gente vai conseguir ouvir os dois lados da comunidade, pensar as contrapartidas, pensar uma instalação que realmente seja adequada para a convivência do loteamento e da ocupação. Isso vai ser do processo. Inclusive o convencimento dos vizinhos; ou o não convencimento. Nem sempre a gente consegue convencer todo mundo, né?! Acho que depois a convivência ajuda a aparar essas arestas. Mas se a gente tem disposição de construir esse processo, é importante a gente ter a suspensão da reintegração. E aí, por fim, Ver. Ramiro e demais vereadores da comissão – Jessé, Sgarbossa, Melo, Moisés -, pensar essa reunião de comissão dentro da comunidade. O André Machado me passou aqui um SEI, ele me encaminhou o número do processo que está tramitando no DEMHAB, eu vou baixar esse processo, vou encaminhar para o Ver. Ramiro para ele encaminhar para a comunidade, em PDF, para vocês terem isso guardado na pastinha do processo de luta de vocês. E igual, vai sentar com André Machado para ver, junto com ele, quais são as possibilidades. Porque acho que agora é ir conversar com os secretários nesse sentido, Ver. Ramiro, até te convido para estar junto fazendo essa ida nas secretarias junto, pra gente preparar essa reunião de comissão dentro da comunidade para que seja, de fato, uma reunião encaminhativa, não seja mais uma reunião que vai encaminhar outra reunião. Então, acho que tem algumas coisas que a gente tem que costurar antes, entre os secretários do governo, porque eu acho muito ruim debater com um vereador, com o Mauro Pinheiro, com o Bins Ely, a gente debate com comunidade, e o vereador acho que tem que estar submetido à vontade da comunidade. Então se tem divergência em relação à regularização fundiária dessa área, acho que a gente tem que conversar com o loteamento, não ter que fazer mediação com

outro vereador aqui do Legislativo. Acho que a vontade do loteamento tem que ser expressa por eles mesmos, porque fica às vezes difícil de a gente conseguir confiar em quais são os interesses do padrinho ou da madrinha vereador que se coloca por trás de uma ocupação sabe gente. Então é bom ouvir o relato de vocês. Vamos conversar sim com os nossos pares, até porque o projeto tem que tramitar aqui dentro da Câmara de Vereadores, mas eu acho que nesse primeiro momento é fazer esse movimento de conversar com o Executivo, pedir a suspensão, procurador, se desse para a gente trabalhar junto de novo nesta pauta.

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Sim. Eu vou relatar esse encontro de hoje para o prefeito. Na realidade, eu acho, eu imagino, eu não conheço o local, infelizmente, mas imagino que na prática é muito difícil a reintegração. Na verdade é um procedimento muito mais formal de preservação do gestor, até por causa dessa questão das áreas de risco. Então o gestor não pode ficar inerte. O padrão é ajuizar ação de reintegração, mas acredito que na prática ela seja de inviável execução. Então a construção que vai ocorrer em paralelo não fica prejudicada em nada, mas mesmo assim eu vou relatar, para nós é melhor que seja suspenso, desde que não haja nenhuma circunstância que eu desconheça, isso realmente foi deliberado aqui, esse material já me ajudou, o Ver. Ramiro e o Ver. Jessé me passaram também um outro material. Alguém perguntou sobre a necessidade de lei. É, sim, uma imposição para qualquer procedimento desafetar; tem que deixar formalmente de ser praça. A questão dos requisitos do Reurb, tem que ver se enquadra ou não no Reurb. Não enquadrando, a gente tem que procurar uma outra solução, mas eu vou relatar isso para o prefeito e para os demais secretários das áreas com vinculação direta, e nos colocar à disposição.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, procurador.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (Sem Partido): Quero primeiro pedir desculpas pelo meu atraso, e dizer para o procurador que confiamos na

sensibilidade do prefeito, mas acho que é bem importante a fala que a Laura fez. Parece que o próprio prefeito, de uma certa forma, delegou aqui para a CUTHAB uma certa mediação. Então acho que isso é importante lembrar, é um homem que caminha aí pela cidade, e se ele nos envolveu ele nos deu responsabilidades aqui para a comissão, que acho que a comissão está assumindo essas responsabilidades. Eu estou aqui segurando o celular, aqui no meu celular está que a Ver.^a Fernanda Barth está com problema de saúde, mas quis entrar – eu estou violando aqui as regras da comissão, Presidenta Karen, mas dizer que a Fernanda está aqui no meu celular e fez questão de participar. Então, Fernanda, estou falando em teu nome aqui. É isso, eu acho que, se a gente puder visitar a comunidade, vai ser bem importante. Parabéns ao Ramiro por trazer uma questão tão importante.

SR. ROBERTO SILVA DA ROCHA: Só para uma informação, eu falei com a procuradora-chefe da equipe do Domínio Público, da EPDE, e ela informa que foram feitas as notificações extrajudiciais, não existe ainda processo judicial de reintegração, estão numa fase precedente ainda. Então não precisa nem suspender, ainda não foi ajuizado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Informação importante, a priori, não temos integração de posse. Isso é muito responsável por parte do governo que colocou para nós da comissão essa tarefa de construir uma mediação. Então seriam esses os encaminhamentos, Ver. Ramiro, que trouxe a pauta. Eu estou fechando aqui com agenda da comissão para ver se, no dia 04 de abril, a gente já não consegue organizar essa ida presencial na comunidade. Também seria numa terça-feira, e a gente pode pensar se no período da manhã ou da tarde, ou fazer uma convocação à noite – já teve reunião de comissão no período extraoficial para conseguir contemplar quem trabalha. Aí a gente não pode obrigar os vereadores a estarem presentes. Mas o poder público, eu acho que, pela conversa que a gente vai estabelecer, é mais viável a comissão ir final de tarde para a gente conseguir pegar a maior quantidade de trabalhadores possível

da comunidade. A gente faz essa ponte de com vocês, para que vocês recebam direitinho, que tenha espaço para alocar todos e todas.

Vou fazer esse pedido de formação em relação à lei do Reurb. Já sabemos, então, que não existe reintegração de posse ajuizada e, nessa reunião de comissão na comunidade, a gente tenta encaminhar o projeto de lei de desafetação por parte do governo. Daí eu acho que seria esse processo final. Dentro disso, eu e o Ramiro ficamos de conversar com os nossos pares que estão envolvido também nessa disputa, e também conversar com o Executivo. Pode ser assim? *O.k.*, então agradeço a presença de todos de todas, e vamos nos ver no dia 04 de abril. A gente envia a convocação para vocês. Estamos juntos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h10min.)

TEXTO SEM REVISÃO